



Análise da aderência de uma autarquia federal aos eixos da A3P – Rio de Janeiro/RJ

Igor Laguna Vieira ¹, Elmo Rodrigues da Silva ²

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (igor_laguna@hotmail.com)

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (elmorodrigues@yahoo.com.br)

Resumo

Na gestão ambiental pública é necessária a atuação dos órgãos, não somente regulando e fiscalizando, mas também atuando ativamente na preservação do meio ambiente. Nesse sentido, os governos vêm implantando programas e projetos para estimular os gestores públicos em práticas que incentivem a responsabilidade socioambiental no setor governamental, podendo-se citar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criada pelo Ministério do Meio Ambiente. Este artigo apresenta os resultados de um estudo qualitativo que avaliou o grau de aderência de uma autarquia federal aos eixos da A3P. Para tanto foi desenvolvida uma lista de verificação a partir das práticas sugeridas nos documentos de referência da agenda. Após a aplicação da lista, foi obtida uma aderência de apenas 25,78%, o que permite concluir que há deficiência na gestão ambiental da organização, que deve incentivar mais práticas que reduzam possíveis impactos que estão sendo causados pela sua atividade.

Palavras-chave: A3P. Gestão Pública. Desenvolvimento Sustentável.

Área Temática: Gestão Ambiental Pública

Analysis of the adherence of a federal autarky to A3P axes – Rio de Janeiro/RJ

Abstract

In public environmental management it is necessary for the agencies to act, not only by regulating and overseeing, but also actively working to preserve the environment. Governments are starting to implement programs and projects accordingly, to stimulate public managers on practices that encourage social and environmental responsibility in the government sector, and can quote the Environmental Agenda in the Public Administration (A3P), created by the Ministry of the Environment. This article presents the results of a qualitative study that assessed the degree of adherence of a federal autarky according to the A3P. For this purpose a checklist was developed from the practices suggested in the reference of the agenda. After application of the list, just 25.78% of adherence, which leads to the conclusion that there is deficiency in the environmental management of the organization, which should encourage more practices to reduce possible impacts that are being caused by its activity.

Key words: A3P. Public administration. Sustainable development.

Theme Area: Public Environmental Management



1 Introdução

O século XX foi palco de mudanças significativas no modo de vida humana. Com o desenvolvimento econômico e tecnológico, houve o aumento na demanda por recursos naturais e, conseqüentemente, da poluição ambiental. Foi a partir dos anos 1960 que se intensificou a pressão da sociedade para tentar impedir a destruição ao nível planetário, que pode levar, em curto prazo, a destruição da biodiversidade e da própria espécie humana.

A partir da década de 1970, a questão ambiental foi pauta de grandes eventos internacionais, destacando-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em junho de 1972, em Estocolmo, e a conferência posterior, em 1992, popularmente denominada “Rio 92”. Dentre outros fatos importantes nestes eventos, surgiu a Agenda Ambiental para o Século XXI e o conceito de desenvolvimento sustentável, visto como uma forma de desenvolvimento que permita que gerações atuais e vindouras possam ter garantida a qualidade de vida, sem que o novo modelo de produção e consumo adotado a partir do século XX leve necessariamente a uma intensa decadência ambiental (VAN BELLEN, 2004).

As organizações, sejam elas públicas ou privadas, possuem um papel importante nesse contexto voltado para a busca da sustentabilidade ambiental. O setor empresarial, por exemplo, ao otimizar o uso de recursos naturais e tecnologias mais avançadas em seus processos produtivos, podem evitar desperdícios e poluição, contribuindo com uma melhor gestão ambiental. Além disso, tendem a reduzir custos e aumentar a competitividade da organização (DOMENICO et al., 2015). De certa forma, a estratégia dos negócios ditos sustentáveis pode se traduzir na entrega de produtos que buscam atender as necessidades dos consumidores e provoquem menos danos ao meio ambiente.

Na gestão ambiental pública é necessária a atuação de seus órgãos, não somente regulando e fiscalizando, mas também atuando ativamente no processo de preservação do meio ambiente, assumindo um compromisso social e ambiental (CHAVES et al., 2013). O setor governamental deveria ser proativo em relação a questões ambientais, por ser ele responsável pela política e controle ambiental do país.

Nesse sentido, os governos vêm implantando programas e projetos para estimular os gestores públicos em práticas que estimulem a responsabilidade socioambiental no setor governamental. A esse exemplo, pode-se citar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criada e desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente, visando à construção de uma nova cultura institucional voltada para uma gestão socioambiental mais responsável (MMA, 2009).

A A3P é aplicável nas três esferas do governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes (executivo, legislativo e municipal), sendo sua adesão voluntária por parte das organizações públicas. Apesar disso, muitas instituições aderiram à agenda ambiental.

Este artigo visa apresentar os resultados de um estudo qualitativo que teve como objetivo avaliar a aderência de uma autarquia federal aos eixos da A3P.

Vieira e Silva (2017) também avaliaram a autarquia aqui analisada, porém utilizaram para tal outro método, o SICOGEA (Sistema Contábil Gerencial Ambiental), instrumento proposto por Pfitscher (2004) e aprimorado por Nunes (2010) e Uhlmann (2011).

Do ponto de vista metodológico, o estudo possui uma abordagem qualitativa e descritiva.

A relevância deste estudo está na possibilidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão ambiental na instituição estudada, ao propor novos métodos para se avaliar os



impactos negativos de suas atividades.

2 Metodologia

Este estudo pode ser classificado como descritivo, quanto aos objetivos; como pesquisa de campo, quanto às fontes de dados; e como estudo de caso, quanto aos procedimentos de coletas de dados. Já a sua abordagem é qualitativa (SANTOS, 2015).

A pesquisa ocorreu na sede de uma autarquia federal, localizada no Rio de Janeiro/RJ. São duas edificações localizadas na mesma rua, com área total edificada de aproximadamente de nove mil m², onde trabalham 385 servidores e 130 trabalhadores terceirizados (manutenção, limpeza, recepção e segurança). O órgão foi escolhido pelo fácil acesso às informações pelos pesquisadores. Ressalta-se que esse órgão ainda não aderiu à A3P, apesar de sua importância em termos ambientais.

Foi realizada uma pesquisa de campo junto aos setores entrevistados no intuito de verificar as ações de sustentabilidade socioambiental, desenvolvidas pela autarquia, relacionadas com os eixos temáticos da A3P, a qual se estrutura nos seguintes eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis (MMA, 2017). Para isso, foram solicitados também dados e documentos aos gestores que pudessem subsidiar tal verificação.

No intuito de avaliar as práticas socioambientais da autarquia conforme os eixos temáticos da A3P foi desenvolvida uma lista de verificação a partir das práticas sugeridas nos documentos de referência da agenda. Teve-se o cuidado de evitar redundâncias quanto às questões formuladas. A lista de verificação possui um total de 65 questões, distribuídas conforme os eixos temáticos da agenda.

Optou-se por atribuir “notas” às questões para quantificar o atendimento às práticas da A3P, não havendo pesos diferentes entre as questões, a fim de evitar enviesamento, além de entender que a A3P não prioriza nenhum tema em detrimento de outro.

A escala de avaliação para a lista de verificação foi de 0 a 2. A opção “Não se Aplica” (NA) está presente.

Dessa forma, com respostas variando de 0 a 2 para cada questão, têm se:

- 0 - para itens em que não se demonstra atendimento;
- 1 - para itens em que se demonstra atendimento parcial;
- 2 - para itens em que se demonstra atendimento pleno;

Após o preenchimento da lista de verificação, optou-se pelo o uso da equação abaixo, analogamente ao método SICOGEA (NUNES, 2010; VIEIRA; SILVA, 2017).

$$\text{Índice geral de sustentabilidade} = \frac{\text{Pontos Alcançados}}{\text{Pontos Possíveis}}$$

Após a obtenção dos resultados, é possível analisá-los conforme o índice geral de sustentabilidade encontrado, de acordo com o Quadro 1, sugerido por Nunes (2010) quando da proposição do SICOGEA (geração 2):



Quadro 1 - Índice Geral de Sustentabilidade

Resultado	Sustentabilidade	Desempenho: controle, incentivo, estratégia
Inferior a 20%	Péssimo – “P”	Grande impacto pode estar sendo causado ao meio ambiente
Entre 21 e 40%	Fraco – “F”	Pode estar causando danos, mas surgem algumas poucas iniciativas
Entre 41 e 60%	Regular – “R”	Atende somente à legislação
Entre 61 e 80%	Bom – “B”	Além da legislação, surgem alguns projetos e atitudes que buscam valorizar o meio ambiente
Superior a 80%	Ótimo – “O”	Alta valorização ambiental com produção ecológica e prevenção da poluição

Fonte: Nunes (2010)

Ao ser analisado o índice de sustentabilidade ambiental, é verificado qual o comprometido da instituição com a sociedade e o meio ambiente.

3 Resultados

A Tabela 1 mostra a aderência do órgão às práticas consideradas ideais pela A3P. Por esse método proposto, foi obtida uma aderência de apenas 25,78%, considerado como “Fraco”, utilizando para a avaliação uma referência análoga ao método SICOGEA (Quadro 1), que quer dizer que o órgão “pode estar causando danos, mas surgem algumas poucas iniciativas” para evitá-los ou minimizá-los.

Tabela 1 – Lista de Verificação da aderência do órgão à A3P

EIXOS	Pontos Possíveis	Pontos Obtidos	Aderência	
			Resultado	Avaliação
Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	44	12	27,27%	Fraco
Gestão Adequada dos Resíduos Gerados	22	02	9,09%	Péssimo
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	18	00	0,00%	Péssimo
Sensibilização e Capacitação	14	04	28,57%	Fraco
Compras Públicas Sustentáveis	12	06	50,00%	Regular
Construções Sustentáveis	18	09	50,00%	Regular
Total Geral	128	33	25,78%	Fraco

Utilizando o método SICOGEA, Vieira e Silva (2017) obtiveram um total geral de 43,19% (Regular) para o órgão, o que mostra que no caso de adesão à A3P a situação da autarquia estudada é ainda mais problemática.

É possível perceber que a “Gestão Adequada dos Resíduos Gerados” é crítica, pois a autarquia sequer possui coleta seletiva implantada. Observa-se ainda a completa ausência de práticas do eixo “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho”, o que pode comprometer a motivação dos colaboradores, reduzindo a produtividade no trabalho (MMA, 2009).

O órgão não utiliza papel reciclado e/ou não clorado, bem como a impressão de documentos no modo “frente e verso” não é o padrão. Além da adoção de tais medidas, recomendar-se-ia ainda o uso de “fontes ecológicas”, que reduziriam o consumo de cartuchos de impressora. Outra medida que poderia ser adotada é o modelo de “ilhas de impressão”, com uma impressora para diversos setores, o que facilitaria a fiscalização com relação a



impressões pessoais que eventualmente possam estar ocorrendo no órgão. Sugere-se ainda a indicação de metas para fornecimento de papéis por setor, com a criação de um prêmio institucional para o setor que conseguisse atingir a maior redução relativamente ao ano anterior.

Em relação aos copos descartáveis, os mesmos são amplamente distribuídos pelo órgão. Sugere-se estabelecer a redução do fornecimento de copos descartáveis, distribuindo canecas reutilizáveis nos setores. Para eventuais visitantes, poderiam ser fornecidos copos de papel na copa, acabando o fornecimento de copos plásticos pelos corredores.

O órgão utiliza como combustível para seus veículos apenas álcool e gasolina. Poderia ser realizada adaptação nos veículos de forma que pudessem utilizar ainda o gás natural veicular (GNV), o que reduziria os custos para o órgão, bem como a emissão de gases de estufa.

As lâmpadas instaladas no prédio são do tipo fluorescente. Recomenda-se a substituição gradual por lâmpadas de LED, mais econômicas. Não é plausível a substituição imediata, pois assim seria gerado um número grande de resíduos pelas lâmpadas fluorescentes e reatores eletrônicos. Dessa forma, é sugerido que a troca seja realizada na medida em que as lâmpadas atuais apresentem defeito, respeitando-se a vida útil das mesmas. Sugere-se ainda realizar estudos das instalações elétricas com o diagnóstico das perdas reais e de viabilidade para utilização de energia solar no prédio

Nos banheiros, percebe-se que a luz natural é suficiente para iluminá-lo durante o período diurno. Ainda assim, as luzes permanecem acesas durante todo o expediente. Sugere-se a instalação de sensores de presença fotossensíveis nesses ambientes. Foi tentado ainda, no passado, restringir o uso do ar condicionado a um determinado horário, mas a tentativa foi frustrada, especialmente nos meses mais quentes do ano.

Em relação ao consumo de água, o órgão demonstra possuir controle. São realizadas três leituras diárias do hidrômetro visando rastrear possíveis vazamentos. As torneiras tiveram seus arejadores substituídos por dispersores econômicos. No prédio mais novo as descargas já são todas do tipo econômicas. Sugere-se a expansão desse tipo de descarga para o prédio antigo.

Apenas o prédio mais novo do órgão possui um sistema de captação água da chuva, que é direcionada para os tanques de lavagem. Recomenda-se a extensão do reaproveitamento de águas pluviais para o prédio antigo (o maior em área), aumentando o uso de águas cinzas na sede da autarquia.

O órgão ainda não possui um programa de coleta seletiva, o que contraria o Decreto nº 5940/06 (BRASIL, 2006). Aconselha-se a imediata instituição de Comissão para tal fim e o contato com cooperativas e associações para realizarem o recolhimento dos resíduos recicláveis. Para o descarte dos papéis, sugerem-se caixas de armazenamento em cada setor, que posteriormente seriam coletados e transformados em blocos de anotações ou direcionados para cooperativas, a depender do estado do papel.

Os resíduos de construção são retirados em caçambas contratadas para esse fim. Recomenda-se que na próxima contratação a empresa responsável pela manutenção predial se encarregue também da destinação adequada desse tipo de resíduo.

Os colaboradores da equipe de limpeza não foram capacitados para coletar e separar corretamente os resíduos, visto que o órgão não realiza a coleta seletiva. Faz-se necessário que os mesmos sejam capacitados para tal fim. O órgão não possui conhecimento exato do volume de resíduos gerados, dado que poderia resultar em melhorias à gestão ambiental, bem como no número de papéis higiênicos e toalhas de papel utilizadas diariamente.

É importante ainda que os servidores participem das ações de uso racional dos recursos naturais e bens públicos, bem como da gestão adequada dos resíduos sólidos, visto



que tais atividades não devem ficar a cargo de alguns setores somente, mas devem contar com a participação de todos.

Foram observadas poucas ações destinadas a estimular a participação dos servidores e colaboradores quanto ao uso racional de recursos. Ainda que o órgão não possua uma política voltada para a gestão ambiental, nada impede que algumas atitudes sejam tomadas, como por exemplo: promoção de palestras, publicação de cartazes e comunicações internas. Campanhas com temáticas relacionadas ao uso racional do consumo de água, energia, papel e combustível, além favorecer o meio ambiente, poderiam reduzir as despesas do órgão.

Há a necessidade de o órgão incorporar critérios sustentáveis em suas compras e contratações, de forma mais efetiva, fazendo seu papel de indutor do mercado no aumento da oferta de produtos e serviços sustentáveis. Outra ação a ser tomada é a inclusão nos instrumentos convocatórios da logística reversa para os resíduos sólidos gerados. Como ponto positivo pode-se apontar que a maior parte das compras do órgão é realizada por sistema *online* (Pregão Eletrônico - Comprasnet).

A contratação das empresas responsáveis pela área de manutenção do órgão não prioriza aquelas que apresentam programas ou projetos ligados à área socioambiental. Sugere-se a revisão do processo de seleção dessas empresas prestadoras de serviços, a fim de que sejam priorizadas as que possuam maior apelo socioambiental.

Observa-se que a arquitetura dos prédios, aliada ao clima da região, não favorece a ventilação natural, o que faz que em boa parte do ano seja utilizado ar condicionado nos setores. A entrada de luz natural também não é suficiente para que as luzes artificiais possam ser apagadas durante o horário de expediente.

O órgão ainda possui espaços que não atendem questões de acessibilidade. Aconselha-se que tais adaptações sejam efetuadas.

Os bens que não serão mais utilizados pela organização são basicamente divididos em dois grupos: recuperáveis e irrecuperáveis. Aqueles considerados recuperáveis são doados a outras instituições. Os bens irrecuperáveis são tratados como “lixo comum”, necessitando a instituição definir o método de armazenamento e disposição final adequados.

O órgão possui plano de saúde para os servidores, extensível aos seus dependentes. Além disso, são concedidos auxílios pré-escolar e alimentação.

Dos servidores da autarquia, aproximadamente 28% possuem mestrado e 22% são doutores. O nível de capacitação dos funcionários impacta diretamente na remuneração, pois há uma retribuição por titulação, o que incentiva os servidores a se especializarem.

São raras as ações ligadas à capacitação de servidores destinadas a sensibilizá-los ou a orientá-los quanto à preservação ambiental.

A autarquia não possui em sua Gestão Institucional especialistas da área ambiental. Mesmo se tratando de um órgão público que não causa impactos expressivos ao meio ambiente, a figura de um profissional especializado nessa área poderia dar suporte à instituição quanto aos seus riscos ambientais. Além disso, tal profissional poderia contribuir na especificação para a aquisição de produtos e serviços mais sustentáveis.

O órgão também não possui implantado nenhum Sistema de Gestão Ambiental, tampouco um plano de “qualidade ambiental”. Ao longo da lista de verificação percebe-se que foram poucas as iniciativas relacionadas às questões ambientais e, até em razão disso, praticamente não houve campanhas de divulgação nessa área. Nessa perspectiva, é necessário que o órgão aprimore os processos sistemáticos de ações de preservação socioambiental envolvendo clientes e a comunidade.

O órgão disponibiliza canais de relacionamento para contato com os clientes. É importante que a gestão do órgão considere sempre o *feedback* de seus clientes, a fim de que os erros e acertos oriundos da execução de suas atividades possam ser avaliados, no intuito de melhorar a comunicação com os usuários.



Pode-se ressaltar ainda a importância de uma política de comunicação sobre a responsabilidade socioambiental, o que favoreceria a imagem da organização, visto que quando a relação com o meio ambiente é valorizada, sua imagem diante da opinião pública tende a se tornar diferenciada.

4 Conclusão

Para a lista de verificação da A3P, foi constatada uma aderência de apenas 25,78% para as práticas consideradas ideais pela agenda, resultado considerado “fraco”.

Os resultados mostram a deficiência da gestão ambiental na organização, que deve incentivar práticas que reduzam os possíveis impactos que estão sendo causados pela sua atividade.

Dentre as limitações do método proposto, pode-se exaltar o fato de que a consistência da análise dos dados pelo pesquisador decorre da efetividade das respostas aos questionários, o que pode torná-la subjetiva.

Como sugestão poderiam ser inseridos pelo MMA no futuro mais dois eixos temáticos aos outros seis eixos da A3P, a saber: “Responsabilidade Socioambiental” e “Gestão Institucional”.

Referências

BRASIL. **Decreto Nº 5.940, de 25 de Outubro de 2006**. Brasília, 2006.

CHAVES, Leonardo Corrêa et al. Gestão ambiental e sustentabilidade em instituições de ensino superior: construção de conhecimento sobre o tema. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.33-54, 29 abr. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n2p33>.

DOMENICO, Daniela di et al. Análise de sustentabilidade ambiental: estudo de caso em uma indústria de eletrodomésticos. **Contexto**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p.24-37, set./dez. 2015.

MMA. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. 100 p.

_____. **Eixos Temáticos**. 2017. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos> >. Acesso em: 11 out. 2017.

NUNES, João Paulo de Oliveira. **Um aporte ao sistema contábil gerencial ambiental**: elaboração e aplicação parcial do novo sistema em clínica hospitalar. 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Contabilidade, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.



PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental**: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. 2004. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica: A construção do conhecimento. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

UHLMANN, Vivian Osmari. **Contribuições ao desenvolvimento do Sistema Contábil Gerencial Ambiental – geração 2**: proposição da terceira geração do método. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

VAN BELLEN, Hans Michael. Desenvolvimento Sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 7, n. 1, p.67-88, jan./jun. 2004.

VIEIRA, Igor Laguna; SILVA, Elmo Rodrigues da. Análise da Aplicação do Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA) em uma Instituição Autárquica Federal – Rio de Janeiro - RJ. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 12., 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: CNEG, 2017. p. 1 - 17.